

HISTORIOGRAFIA SOBRE A REVOLUÇÃO CUBANA NO BRASIL

CLAUDIA WASSERMAN

Recibido Octubre de 2006

Aceptado Marzo de 2007

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación que se ocupa de la forma como fue recepcionada la Revolución Cubana y la imagen de Cuba en Brasil, durante el período comprendido entre 1959 y 1989. En este trabajo se introducen algunas consideraciones de orden teórico-metodológico así como conclusiones respecto a las investigaciones publicadas, sin embargo centramos la atención en la historiografía producida en Brasil sobre la Revolución Cubana.

PALABRAS-CLAVE

Historiografía brasileira, Revolução Cubana, Imprensa brasileira, Imagem de Cuba.

ABSTRACT

This article is the result of a research that treats about the Cuban Revolution reception and the image of Cuba in Brazil, since 1959 and 1989, respectively. In this article, I introduce some theoretic and methodologic considerations and conclusions about the preense's research, but muy attention is on brazilian historiografy about Cuban Revolution.

KEY-WORDS

Brazilian Historiografy, Cuban Revolution, Brasilian Preense, Cuban Image.

Esse artigo, cujo objetivo é analisar a historiografia brasileira a respeito da Revolução Cubana, é resultado de uma pesquisa realizada em jornais e revistas brasileiros, acerca das notícias e artigos sobre a Revolução Cubana, veiculados entre 1959 e 1970, e posteriormente, sobre Cuba, entre 1989 e o ano 2000. Nesses dois blocos temporais de 11 anos procurou-se analisar a recepção do processo revolucionário no Brasil e a imagem que a grande imprensa difundiu sobre Cuba em nosso país. Os jornais e as revistas consultados foram o *Diário de Notícias* e a revista *O Cruzeiro*, no período entre 1959 e 1970, e os Jornais *Zero Hora* e *Folha de São Paulo* e as Revistas *Isto É* e *Veja*, do período que vai de 1989 até 2000.

Além da análise da recepção jornalística do processo, também foi estudada a produção de livros e artigos dos intelectuais brasileiros que trataram desse tema. Jornalistas, historiadores, sociólogos, educadores, psicólogos, líderes religiosos ou comunitários escreveram sobre a Revolução Cubana, sobre as relações de Cuba com o Brasil e a América Latina, sobre a influência exercida pelo processo na luta política brasileira e internacional, sobre os líderes revolucionários, como Fidel Castro e Che Guevara, entre outros temas abordados ao longo desses anos, desde a eclosão da Revolução Cubana até o presente. O presente artigo trata especificamente desses intelectuais, mas permito-me analisar primeiramente alguns aspectos

metodológicos e resultados das pesquisas na imprensa.

O objetivo da pesquisa em jornais e revistas era conhecer como os brasileiros receberam a Revolução Cubana, qual a imagem que tinham da ilha caribenha que ousou desafiar o imperialismo; no caso da historiografia, conhecer quais foram as polêmicas intelectuais suscitadas pelo processo cubano?

Essa pesquisa de história – a ciência que estuda o passado – foi realizada com os olhos voltados para o tempo presente. Cuba é um país que desperta sentimento de atração e de repulsa até os dias de hoje. Desde a implantação do socialismo na pequena ilha do Caribe, tornou-se improvável a atitude de neutralidade em relação àquela sociedade.

No entanto, esse trabalho não é sobre a Revolução Cubana, e sim sobre o interesse despertado por ela, sobre os debates gerados em terras distantes acerca dos episódios vividos em Cuba, sobre as possíveis repercussões daqueles acontecimentos na sociedade e cultura brasileiras.

Estudar a Revolução Cubana a partir da recepção jornalística (textos e iconografia), diplomática, oficial e das lideranças de movimentos populares e partidos de esquerda significou mudar o enfoque tradicional que visava refletir o que aconteceu em Cuba, para um enfoque diferente que visa refletir o que as pessoas pensavam que estava

acontecendo em Cuba, como viam aquele fenômeno, que interpretação faziam e como achavam que aquele processo poderia transformar as suas vidas e as sociedades onde viviam.

O enfoque dessa investigação não está no processo em si e naqueles que o sofreram diretamente, mas enfatiza as interpretações e as interrogações daqueles que estavam à distância e que pensavam nas influências que esse processo traria para suas próprias sociedades, de que forma poderia influir no seu cotidiano, tão distante e, ao mesmo tempo, tão próximo. Trata-se de fazer mais a história dos efeitos ou das expectativas, do que a história dos acontecimentos. Ao invés de procurar nos documentos e discursos cubanos, o que aconteceu naquele país buscou-se nos jornais e revistas, declarações oficiais e diplomáticas, análises de intelectuais, jornalistas e historiadores, líderes religiosos e cientistas sociais o que os brasileiros pensavam que estava acontecendo naquele país.

A primeira constatação foi de uma grande desproporcionalidade entre o perigo real que Cuba representava para o Brasil e a inquietação, pode-se dizer temor, que a revolução causara na grande imprensa; e, também, entre a enorme influência que a luta revolucionária teve sobre as esquerdas latino-americanas e brasileiras, em particular, e a escassa reflexão acadêmica e científica sobre o processo. O tratamento da imprensa parecia hiper-dimensionar o “perigo”

do comunismo latino-americano, as esquerdas exaltavam a novidade e a crítica acadêmica era cautelosa e parecia aguardar a melhor oportunidade para manifestar-se.

Os jornais e revistas brasileiros utilizados para esse trabalho não foram fonte de informação histórica, inclusive porque existem incontáveis pesquisas históricas sobre a Revolução Cubana das quais se poderia servir o historiador para reconstituir os acontecimentos. Os meios de comunicação brasileiros foram vistos como fonte de pesquisa, um “*lugar de enunciação*” das interpretações que se tornavam senso comum na sociedade brasileira sobre a Revolução Cubana. Não quero dizer com isso que “*tudo aquilo que está no jornal diário vai se transformar em senso comum*”, ou que o público leitor absorve irrefletidamente aquilo que é veiculado na imprensa. É certo que existe uma certa diferença entre o que é veiculado pela imprensa e aquilo que se transforma em axioma para o grande público, mas é inegável o papel exercido pela mídia na difusão da ideologia dominante.

A própria forma de narrar os acontecimentos contribui para a conformação de uma determinada versão dos fatos: “*As estratégias narrativas utilizadas na composição das histórias, ou seja, na transformação dos eventos em notícias, fragmenta a informação e legitima uma única fração da realidade, tornando-a, desse modo, a verdade dos fatos. Essa*

notícia fragmentária representa a realidade, configura o verdadeiro real e, assim, ao descrever e interpretar o cotidiano desconhecido, legitima imagens dominantes e contribui para a composição do cotidiano privado do indivíduo” (DIAS, Heloísa, 1998, p. 104).

No caso da narrativa acerca da Revolução Cubana e da imagem de Cuba nos anos 1990, a fragmentação das notícias e a forma de apresentar os acontecimentos contribuíam para repassar à opinião pública brasileira os temores das classes dominantes acerca do socialismo. Cuba foi o primeiro e único país latino-americano que, tendo realizado uma revolução contra o domínio oligárquico, acabou transformando-se em socialista. Esta experiência impar no subcontinente foi motivo de um sentimento ambivalente por parte dos povos da América Latina. Por um lado, as elites tinham receio de ver Cuba transformada em modelo de sociedade e temiam que os movimentos populares se radicalizassem de maneira incontrolável. Por outro lado, as classes populares organizadas em partidos e sindicatos passaram a enaltecer o exemplo cubano e tomar aquela revolução como modelo a ser seguido.

Esse sentimento ambivalente e as contradições ideológicas entre as elites latino-americanas e as classes populares foram, ao longo dos últimos trinta anos, motivo de análise e pesquisa por parte dos cientistas sociais, políticos e historiadores. Cuba

sempre esteve no meio desses debates, apresentada com roupagem de *santo* ou *demônio*. É essa tradição historiográfica que tendeu, em alguns casos, à incorporação dos aspectos ideológicos mundiais polarizados do pós-guerra que deve ser discutida, matizada e investigada.

A centralidade cubana nos debates acerca dos processos de transformação social na América Latina se deveu, sobretudo ao fato da ilha constituir-se como uma exceção: um processo revolucionário em meio ao reformismo dominante nos demais movimentos políticos latino-americanos. Na ilha, diferentemente dos demais países da América Latina, a democracia reivindicada era uma democracia social, o desenvolvimento econômico que demandavam era um desenvolvimento socialista e o nacionalismo significava antiimperialismo. Por isso, se num primeiro momento o grupo liderado por Fidel Castro teve reivindicações semelhantes aos demais movimentos nacionalistas do subcontinente e foi saudado como um passo a mais na direção da democracia e da harmonização das relações capitalistas, logo em seguida, o movimento passou a ser hostilizado pelas elites e setores médios latino-americanos, receosos de ver seus próprios países mergulhados em demandas que podiam ferir os interesses do sistema. Nas reportagens do Diário de Notícias e da revista Manchete, nos anos que se seguiram à eclosão da Revolução Cubana, ficava claro o apoio dado aos “*barbudos*

liderados por Fidel Castro". Tendo derrubado uma ditadura despótica e sanguinária, eles representavam a esperança de democratização num dos mais importantes países do Caribe, ponta de lança do domínio norte-americano na América Central. No entanto, a medida em que a Revolução Cubana foi definindo um perfil cada vez mais distante dos padrões democráticos dos Estados Unidos, os meios de comunicação foram perdendo o entusiasmo inicial, passando de um apoio discreto a uma oposição violenta. Nos anos 60, a pequena ilha passou a ser vista como uma ameaça ao capitalismo à dominação norte-americana.

Trinta anos depois, Cuba não passa de um país que inspira compaixão. Aparentemente, as preocupações atuais com o país não passam de meras especulações sobre a pobreza, a falta de alimentos e combustíveis e a "*falta de democracia*".

Percebe-se assim a importância dos fatores conjunturais externos no âmbito da história latino-americana. O pós-guerra determinara a luta entre dois sistemas antagônicos: o capitalismo e o socialismo. A dependência da América Latina em relação aos Estados Unidos já era situação praticamente consolidada em todos os países nos anos 50/60. Assim, a presença de uma ilha de socialismo na América Latina significava o rompimento de uma situação hegemônica e uma perigosa ameaça para o domínio norte-americano nos

mercados subcontinentais, além de representar uma alternativa para os movimentos sociais e políticos dos demais países.

Somava-se a isso, o iminente fracasso dos projetos populistas, ou melhor, das possibilidades de instauração de Estados de bem-estar social na América Latina. João Goulart, no Brasil, Paz Estenssoro, na Bolívia, e Juan Domingos Perón, na Argentina não haviam conseguido atender as demandas dos trabalhadores, controlar os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, convencer as elites conservadoras de que esse era um caminho seguro para a continuidade do sistema capitalista. A incapacidade dos governantes populistas em conter a situação interna explosiva e a eclosão de um movimento revolucionário socialista na ilha de Cuba foram alguns dos fatores que determinaram a escalada de regimes autoritários militares em quase todos os países da América Latina.

Assim, a conjuntura que inicia em 1959 e vai até 1970, objeto de uma das fases dessa pesquisa, era de bipolarização ideológica mundial e conseqüente internalização por parte dos grupos sociais latino-americanos dos fatores que determinavam a Guerra Fria. Foi um período de intensa mobilização dos movimentos sociais. Trabalhadores urbanos, organizados em torno do populismo de Vargas nos anos 1950 e do trabalhismo de Goulart nos anos 1960, começaram a construir novas e poderosas organizações como

a PUA e o CGT. Os trabalhadores rurais, organizados nas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, desenvolviam uma luta política autônoma e relativamente poderosa nos estados da Paraíba e Pernambuco, culminando com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. As manifestações de cultura popular e a radicalização das classes médias lançavam estudantes e intelectuais numa intensa atividade política. Surgem, na década de 1960, os Centros Populares de Cultura (CPCs), cujos membros defendiam a conscientização das massas populares através da construção de uma cultura nacionalista e revolucionária.

Já os anos que se seguiram à queda do muro de Berlim e ao fracasso do socialismo real, trouxeram a tona novas realidades, abalaram velhas certezas e, sobretudo, transformaram antigos perigos e ameaças ao capitalismo em problemas secundários e de menor importância. Genericamente a recepção da Revolução no Brasil definiu Cuba como uma ameaça e um perigo nos anos 60 e como um problema particular e interno nos anos 90.

Através da cobertura jornalística dada à Revolução Cubana pudemos perceber que nos anos 60 as elites temiam a instauração do socialismo na

América Latina e eram contrárias à via revolucionária cubana, mas, nutriam uma certa admiração pela Revolução, especialmente no que se referia ao discurso anti-imperialista. Nos anos 90, as elites vêem Cuba com compaixão e desprezo, mas continuam tendo um certo temor e preferiam que esse país - o único socialista do mundo inteiro - estivesse em outro continente ou em outra galáxia.

Existiu, portanto, uma duplicidade de sentimentos envolvidos no processo de repulsa e admiração: ao longo dos anos 60, por exemplo, além da intensa admiração pelo processo cubano, os partidos de esquerda, especialmente o comunista, e movimentos populares também tinham críticas e desenvolviam contrariedades em relação à revolução; ao passo que atualmente, desde 1989, a crítica ao autoritarismo e à rigidez do regime cubano não é monolítica e o país continua atraindo grande admiração.

A reconstrução do impacto causado por um fenômeno social de um país em outros, é tarefa difícil devido à variedade das fontes e dos sentimentos humanos, nem sempre documentados. No entanto, permite uma análise global, que toma o sistema-mundo como o âmbito mais adequado para o entendimento desse e de outros processos históricos ¹. Nesse tipo de

¹ Essa análise está baseada nas teorias explicativas de Immanuel Wallerstein – El moderno sistema mundial, México, Siglo XXI, 1998., e inspirada em artigo recente do professor Carlos Aguirre Rojas sobre o neozapatismo, escrito em fevereiro do ano 2000, em sua residência, enquanto a UNAM encontrava-se ocupada pela polícia, texto digitado e enviado por email.

análise, a polêmica da dinâmica entre os fatores internos e externos é substituída por uma interpretação global, transcendendo o limitado ponto de vista local ou nacional. Segundo Wallerstein, a dinâmica planetária do capitalismo nos permite entender os processos locais e específicos de certas épocas e regiões dentro de uma perspectiva global. Inclusive pode-se afirmar que somente essa dinâmica global e planetária do capitalismo possibilita a compreensão da extraordinária propagação, influência e eco internacional da Revolução Cubana. Essa perspectiva de análise, que se coaduna com a idéia de uma interconectividade histórica², ou melhor, de que cada fato, ou fenômeno histórico, deva ser analisado a partir das múltiplas conexões que estabelece com vários pontos do sistema-mundo, independente de sua amplitude espacial específica, também introduz a necessidade de analisar esses mesmos fatos e fenômenos como elementos da “longa duração histórica”. Segundo Carlos Aguirre, ao referir-se ao neozapatismo, observa que “... *es necesario abrir siempre generosamente el abanico temporal de*

nuestro examen, incorporando a nuestras explicaciones estas visiones de mucho más largo aliento temporal”³. Dentro dessa perspectiva de longa duração, a recepção de um fenômeno localizado geo-temporalmente, passa a explicar as conexões existentes entre várias partes do globo entre si, o comprometimento de políticas oficiais e diplomáticas de outros países da América Latina com os Estados Unidos, as conexões já existentes entre grupos e partidos de esquerda latino-americanos e as relações entre as classes e frações em cada país.

Ao mesmo tempo, o estudo da imagem de Cuba no Brasil dos anos 1990 permite entender alguns problemas enfrentados pela pequena ilha caribenha socialista depois da queda do Muro de Berlim, do fracasso do socialismo real e da decadência das relações comerciais entre Cuba e os países do leste europeu, especialmente a União Soviética. Mas esse estudo também revela as preocupações da imprensa brasileira e da opinião pública como um todo com os

² A idéia de que a tarefa do historiador é a de explorar as “connected histories” está baseada nas palestras proferidas pelo historiador francês Serge Gruzinski em Porto Alegre (novembro de 2000), onde apresentou o texto “*Os mundos misturados da Monarquia e outras connected histories*”. Neste polígrafo Serge Gruzinski faz referência ao historiador português, Sanjay Subrahmanyam, que explora essa metodologia para entender as múltiplas conexões do império português. Adotamos aqui a idéia de que, mais do que uma história comparativa, a recepção da Revolução Cubana permitiria proceder uma análise de história conectiva, onde misturam-se os elementos, causais e de efeito, de vários mundos: o socialista soviético, o capitalista norte-americano e o latino-americano como um todo e, particularmente, os países e regiões. Ao mesmo tempo, devem aparecer as conexões com a África, em processo revolucionário, que recebeu igualmente as influências da Revolução Cubana e que possivelmente aparecerá na imprensa latino-americana ou na fala dos revolucionários brasileiros.

³ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Chiapas, América Latina y el sistema-mundo capitalista*. México, fevereiro de 2000, texto digitado e enviado por email, p. 6.

problemas relativos à democratização política.

A crítica intermitente ao regime de Fidel Castro nos anos 1990 teve relação com temas que eram específicos da sociedade brasileira, como o retorno à democracia, após 20 anos de regime militar; a reestruturação das esquerdas, depois da anistia; a primeira eleição para a presidência da república, após a ditadura; e o impeachment do presidente eleito, sob acusação de corrupção. Também sobressai um grande interesse pelos avanços sociais do socialismo e as possibilidades abertas pela necessidade de Cuba em encontrar novos parceiros e romper com o bloqueio comercial dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a repercussão dos episódios internacionais na imprensa brasileira permite entender problemas da época, não apenas relacionados àquele episódio, mas toda cultura política que seleciona, organiza e constrói um cenário onde o “evento” explica as disputas sociais, políticas e ideológicas internacionais e locais.

O impacto da Revolução Cubana nos países latino-americanos evidenciou-se em todos os aspectos dessas sociedades. Todos os espectros políticos foram atingidos pela Revolução, desde a extrema direita, até setores esquerdistas mais radicais; a economia latino-americana foi afetada; as relações externas passaram a enfrentar grandes desafios; houve alteração na vida cotidiana, com a

introdução de novos vocábulos, adotados pela população sem muita crítica, como, por exemplo, a expressão “cubanizar”, ou a introdução de uma nova bebida no cardápio da juventude boêmia, a “Cuba Libre”, mistura de rum com coca-cola. Tanto os autores que trataram do tema da Revolução Cubana como nos depoimentos pessoais sobre a época, existe um consenso em afirmar o alcance impressionante de seu impacto. Esse impacto foi muito maior do que aquele causado pela Revolução Russa na Europa.

Conforme Emir Sader (1991) isso se deve à existência de “*condições sociais mais homogêneas*” na América Latina dos anos 1960, do que na Europa dos anos 1910/20. A América Latina vivia uma época de crise revelada pelos problemas comuns de seu desenvolvimento: questão agrária, dependência externa, deterioração das condições das políticas públicas e extensão dos regimes ditatoriais.

No entanto, o impacto causado pela Revolução Cubana em todos os aspectos da sociedade brasileira e latino-americana foi desproporcional às tentativas de explicá-la. A Revolução Cubana foi fartamente noticiada e discutida, criticada pela imprensa nacional, amplamente debatida pelo movimento estudantil; citada, aplaudida e copiada pelos militantes dos movimentos de esquerda e rechaçada pela direita. No entanto, o processo não teve o mesmo impacto nos meios acadêmicos e científicos

brasileiros, ao menos em termos de pesquisa e produção de conhecimentos mais elaborados do que àqueles advindos dos debates políticos e conjunturais.

Sendo a história um saber que concerne a meios muito mais amplos do que os restritos aos historiadores – milhões de estudantes dotados de manuais da matéria, a televisão e os jornais que discutem o passado com ares de propriedade, os políticos que falam da história para justificar, corroborar, desqualificar ou excluir, igrejas que recriam suas próprias versões, até turistas que visitam castelos e museus; todos se interessam pela história e, muitas vezes, constroem suas próprias versões da matéria – alguns temas específicos foram apropriados muito mais amplamente pela opinião pública, muitas vezes desprovida de crítica, do que pelos cientistas sociais. Esse é justamente o caso da Revolução Cubana no Brasil.

A análise do percurso historiográfico da Revolução Cubana no Brasil não pode, neste sentido, ficar restrita à produção científica dos historiadores de ofício, porque foram produzidos muitos textos jornalísticos, de caráter meramente informativo, que acabaram consagrando-se como referências clássicas do tema. Como exemplo, podem ser citados os trabalhos de Fernando Moraes (1976) e Loyola Brandão (1978).

Neste sentido, a historiografia sobre a Revolução Cubana no Brasil está dividida entre reportagens

jornalísticas, ensaios de humanistas (artistas, professores, profissionais liberais e teólogos) e trabalhos de ciências sociais (história, sociologia, política e economia). Uma das justificativas da pequena quantidade de trabalhos científicos e acadêmicos, talvez seja do início da ditadura brasileira e uma conseqüente censura de jornalistas, professores e pesquisadores. A Revolução Cubana não era objeto de estudo em cursos secundários e tampouco fazia parte do currículo nos cursos universitários de história ou sociologia. Provavelmente Florestan Fernandes tenha sido o pioneiro; desenvolveu um curso sobre Cuba e a Revolução, na PUC, São Paulo, no primeiro semestre de 1979. Repetiu o curso no segundo semestre para os alunos do noturno e depois o ofereceu na USP, na forma de curso livre. Das anotações realizadas pelos alunos e dos seus roteiros de aula surgiu um dos mais notáveis livros produzidos por cientista social brasileiro sobre o episódio ocorrido na ilha, *“Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana”* (1979). O depoimento de Florestan Fernandes no início de seu livro revela, de certo modo, a causa de uma produção acadêmica tão pequena. Ele confessou que relutou em aceitar a publicação dos roteiros do curso: *“... pois penso que Cuba e a revolução cubana estão muito acima de um trabalho modesto e relativamente improvisado”* (FERNANDES, 1979, p. 1).

A maior parte dos escritos brasileiros sobre a Revolução Cubana está

localizada no final da década de 1970, sendo que o primeiro texto tenha sido, provavelmente, o de Almir Matos, de 1961. Depois, o livro de Fernando Moraes, de 1976. Em 1978 surgiram os trabalhos de Loyola Brandão, Jorge Escosteguy e, em 1979 o de Florestan Fernandes, seguido pelo livro de Blanco e Dória da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, e o livro de Emir Sader, em 1985.

É muito provável que a concentração de publicações nos anos de 1978 e 1979 estivesse relacionada com dois fatores: a distensão da ditadura brasileira e a própria dinâmica do processo revolucionário, que, a essas alturas, consolidara uma posição geopolítica no continente.

Também é importante observar que Fernando Moraes, que publicou em 1976, foi o segundo jornalista brasileiro a entrar em Cuba em missão profissional (ele não foi como correspondente de um órgão de imprensa, mas para fazer uma reportagem independente e, nessas condições, ele foi pioneiro). O primeiro jornalista em missão de trabalho foi Milton Coelho, para a Revista Realidade, em 1968.

Entre os escassos trabalhos de caráter acadêmico destacam-se os já citados estudos de Emir Sader, Florestan Fernandes e Blanco e Dória, mas também existem estudos que se preocupam mais com as relações entre a Revolução Cubana e o processo político brasileiro. Entre eles, o livro

de Tania Quintaneiro, de 1988, fruto da dissertação de mestrado da autora; o artigo de Emir Sader, no livro coordenado por Daniel Aarão Reis Filho, *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, de 1991, e o mais recente de todos, o estudo de Denise Rollemberg sobre o apoio de Cuba à guerrilha brasileira, de 2001.

A bibliografia sobre a Revolução Cubana produzida no Brasil, dividida entre reportagens e obras de conteúdo histórico ou político é predominantemente descritiva e laudatória. Os estudos jornalísticos revelam uma certa perplexidade dos observadores estrangeiros, além de revelarem também muita curiosidade e desconhecimento sobre o sistema implantado na ilha. Ao mesmo tempo, observa-se uma quantidade impressionante de axiomas construídos em relação à Revolução Cubana. Enquanto as agências internacionais e os grandes órgãos da imprensa brasileira estavam integrados à estratégia de desmoralização do regime cubano, Emir Sader observa que “*A difusão da imagem de Cuba e de suas teses se fazia por diversos canais, alternativos às grandes agências internacionais de informação...*” (SADER, 1991, p. 172). Ao Brasil chegavam notícias de jornalistas, turistas, combatentes de movimentos sociais, intelectuais que compareciam à congressos e outros. Além disso, a tradução de algumas obras foi fundamental na difusão da imagem de Cuba e seu processo, como por exemplo, o “*Revolução na Revolução*”

de Régis Debray e “*Furacão sobre Cuba*” de Jean Paul Sartre. O sistema educacional cubano e o sistema de saúde no país exerceram especial fascínio sobre a esquerda latino-americana e brasileira, em particular. Sobre a experiência de alfabetização implantada na ilha, desde os primeiros anos de revolução, foram lançados livros, publicados muitos artigos em revistas especializadas e também foram feitas reportagens que contribuíram para a construção da imagem do processo revolucionário na opinião pública brasileira.

Simultaneamente, os brasileiros lidavam com a ambivalência entre as posições do poder executivo e da diplomacia brasileira, em relação à ilha de Cuba: quando o presidente brasileiro Jânio Quadros condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, o país foi sacudido por viva indignação contra o presidente pela sua ousadia; na mesma época, os passaportes brasileiros advertiam que o documento não era válido para entrar em Cuba.

O país estava imerso em contradições. Influenciado pelo clima de bipolarização ideológica, envolto numa grande efervescência cultural e na mudança nas relações interpessoais (relacionadas aos reclames pela igualdade feminina, o advento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual dos anos 1960), observava-se ao mesmo tempo, algumas tendências retrógradas, como a proibição do uso

da roupa de praia de duas peças. Essas contradições vividas pelo Brasil refletiram-se na produção bibliográfica a respeito deste episódio internacional que causara tanto impacto nessas mesmas contradições. Observa-se, por isso, uma ambivalência da bibliografia em relação ao processo, interpretado como modelo a ser seguido, ou como uma ameaça à segurança nacional.

No prefácio de “*A Ilha*”, de Fernando Moraes, Antônio Callado, observava o “*tom polêmico*” de quase toda a bibliografia publicada sobre Cuba: “*Todas as orações, no que se escreve sobre Cuba, têm cláusulas restritivas, a favor ou contra*” (CALADO in Moraes, 1985, p. XX). Essas contradições expressavam-se em vários aspectos da bibliografia sobre Cuba: a incorporação dos aspectos ideológicos do pós-guerra; a transposição dos problemas cubanos para o Brasil e uma atraente, mas nem sempre eficaz comparação entre as duas realidades; a repulsa ao socialismo soviético e a tentativa de encontrar semelhanças com Cuba ou diferenças bem marcantes; a mitificação das principais figuras revolucionárias, como Che Guevara e Fidel Castro, bem como uma forte ambivalência em relação a eles; dificuldades de pesquisa na ilha e de obter informações confiáveis; dúvidas, indagações, críticas veladas; e outros temas, cuja característica principal e comum a todos eles, era a da simultânea atração e repulsa, admiração e desprezo.

Outro dado importante do percurso bibliográfico sobre a Revolução Cubana no Brasil é a concepção de história revelada pelos autores brasileiros na descrição e interpretação do processo cubano. Os relatos históricos, entre eles destacam-se os textos jornalísticos de Almir Matos e de Loyola Brandão, e o texto didático de Emir Sader, “*A Revolução Cubana*”, de 1985, tiveram uma preocupação descritiva e evolutiva; descreveram os acontecimentos numa linha unívoca, desde a independência até o final dos anos 60, sempre com objetivo de ligar os fatos uns aos outros (José Martí, Júlio Antonio Mella, guerrilha, socialismo), como se os caminhos percorridos pelos guerrilheiros fossem praticamente inevitáveis. Abelardo Blanco e Carlos Dória, no pequeno livro da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, revelam essa idéia de continuidade: “*Fidel Castro, em seu curto exílio após o ataque ao quartel de Moncada, cumpriu deliberadamente o mesmo roteiro antes feito por José Martí. Quando desembarcou do iate Gramna em 1953, proveniente do México, estava realizando um plano frustrado concebido pelo dirigente comunista Júlio Antonio Mella cerca de duas décadas antes. Sem dúvida, parcelas expressivas do povo cubano viam nos combatentes do Movimento 26 de Julho os continuadores da obra daqueles heróis e nada mais natural, portanto, que eles também se vissem assim*” (BLANCO & DÓRIA, 1982, p. 8-9). Além de destacar uma linha de continuidade nas lutas populares em

Cuba, os autores também ressaltaram a ruptura com o imperialismo.

Outra preocupação de boa parte da historiografia foi a de ressaltar a veracidade dos fatos e das descrições contemporâneas: “*Andávamos só por onde eles queriam? Não. Colocaram diversas vezes, à nossa disposição, carros, com ou sem chofer, para ir aonde quiséssemos.*” (BRANDÃO, 1978, p. 44). A idéia que circulava no Brasil, sobre as reportagens favoráveis a Cuba, era de que os viajantes só haviam visto aquilo que os cubanos deixavam ver e de que haviam sido submetidos à lavagem cerebral e outras bobagens. No livro de Jorge Escosteguy, o prefácio adverte para a tentativa do autor de “*capturar a verdade nas entrelinhas de reportagens dirigidas e relatos falseados...*” (ESCOSTEGUY, 1978, p. XIII).

Mesmo correndo o risco de “comprar gato por lebre”, a opinião pública brasileira parecia ter imensa curiosidade sobre o episódio. Levando em consideração o número de exemplares de “*A ilha de Fidel Castro*” vendidos por Fernando Morais (22 edições até 1985, com a venda de 171 mil livros), é possível admitir que muitos ansiavam por saber do acontecimento para além das notícias veiculadas pelos grandes órgãos da imprensa brasileira. Fruto de uma opção pessoal do jornalista, o livro tem uma narrativa descritiva e laudatória. Apresenta os fatos do cotidiano do país, a cultura, relações com o mundo,

o racionamento, um país sem favelas, a nova escola, a imprensa, a saúde, a mulher, eleições, justiça, reforma agrária, economia e a revolução onipresente.

A idéia de “*elaboração penosa*” constituía-se como uma outra característica presente na historiografia a respeito da Revolução Cubana no Brasil. Os textos ressaltavam o grandioso sacrifício necessário para fazer a Revolução e para manter o projeto idealizado pelos revolucionários. Referiam-se ao heroísmo dos revolucionários e aos sacrifícios enfrentados pelo povo cubano em função do racionamento, determinado pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos. Um exemplo de sacrifício imposto pelo racionamento está descrito de modo gracioso no livro de Moraes, quando ele observa que, “*À custa do racionamento, quem quiser fazer um galanteio a uma cubana deve levar-lhe de presente uma dúzia de bobbies plásticos para enrolar cabelos*” ... “*O racionamento fez desaparecer os bobbies do mercado, o que criou uma situação engraçada: pode-se ver pelas ruas mulheres com os cabelos enrolados com latinhas de talco vazias ou cilindros de papel higiênico, transformados em bobbies*”. (MORAES, 1985, p. 44). Jorge Escosteguy, em “*Cuba Hoje. 20 Anos de Revolução*”, discute os problemas cubanos após duas décadas de persistência revolucionária e diz que, “*Estão presentes, igualmente, os problemas e as marcas de um passado*

de muito sacrifício” (ESCOSTEGUY, 1979, p. 22).

Quarenta anos depois de iniciado o processo revolucionário, a idéia do sacrifício permanecia presente na bibliografia sobre Cuba. Trata-se do relato de Ivaldino Tasca e Ricardo Pérez no livro “*Cuba não briga com o cozinheiro: revolução 40 anos*”, de 1999. O livro reúne documentos, depoimentos e relatos sobre a situação cubana. Na contra-capas, é descrito um episódio, que deu título ao livro e refletia a idéia de sacrifício. Convidados para o almoço numa casa cubana, os convivas depararam-se com uma estranha combinação culinária, supostamente arroz com frango, que a dona da casa explicou: “*a coisa está difícil, mas sempre se inventa. A cor do arroz foi graças aos polivitamínicos distribuídos no posto de saúde; o sabor foi obtido através de dois cubos de caldo de galinha presenteados pelas vizinhas (seu filho os enviou dos Estados Unidos) e este sólido que parece frango são pedaços da parte mais consistente de um repolho*”. (TASCA e PÉREZ, 1999, contra-capas). Essa idéia de sacrifício ajudou a construir correlatamente uma imagem de coragem, heroísmo e de merecimento.

Outro viés interessante da historiografia sobre Cuba no Brasil diz respeito às relações internacionais, estabelecidas pelo país a partir da implantação do socialismo. Neste sentido, o tema das relações entre Cuba

e os demais países socialistas, sobretudo a União Soviética, aparece como relevante. Em Fernando Moraes sobressai a idéia de uma “*outra solidariedade*”, além daquela proveniente do mundo capitalista e da possibilidade de um *melting pot* cultural, sem a intervenção das “*forças do progresso tecnológico e industrial*”. Moraes observa uma espécie de cosmopolitismo revolucionário: “*Às seis horas da tarde de uma agitada segunda-feira, o bar do Hotel Nacional, parece uma Assembléia Geral dos Países Socialistas, Não Alinhados e Inimigos do Capitalismo: de um lado, três mongóis bebem vodca – vieram a Cuba estabelecer convênios agropecuários; no balcão, um diplomata búlgaro conversa com um jornalista romeno; três membros do Partido do Trabalho do Congo tomam daiquiri junto à porta esperanto vagar uma mesa; junto com um guia cubano, um jurista do Vietnã do Norte tenta inutilmente falar espanhol*” (MORAES, 1985, p. 36-37). Os jornalistas brasileiros que visitavam Cuba surpreendiam-se ao escutar nas ruas de Havana, com uma certa frequência, palavras russas como tovaritch (camarada), niet (não) e outras, mescladas ao espanhol. Além das boas relações entre Cuba e o resto do mundo socialista, a historiografia brasileira ressaltava a influência exercida pela cultura da Europa Oriental em Cuba e discutia sobre os benefícios advindos da proximidade e sobre os possíveis danos que essa influência poderia causar ao país.

Ainda no campo das relações internacionais, o tipo de vínculo com os Estados Unidos e o antiimperialismo cubano aparecem como temáticas em todas as abordagens. Almir Matos, por exemplo, no livro publicado em 1961, recupera a história da ocupação imperialista, desde a Emenda Platt (1901), passando pelo íntimo relacionamento norte-americano com os ditadores Gerardo Machado e Fulgêncio Batista, até a invasão de Cuba em 1961, na praia Girón. Também aborda a resistência ao imperialismo como uma característica histórica do povo cubano. Jorge Escosteguy, quase 20 anos mais tarde, discute o mesmo problema em um capítulo intitulado: “*As agruras de um socialismo a 90 milhas dos Estados Unidos*”. Escosteguy relaciona a resistência “*ao boicote, às agressões, à invasão, à libreta, ao êxodo de técnicos e à propaganda imperialista*” ao apoio que o povo cubano forneceu ao processo revolucionário (ESCOSTEGUY, 1979, p. 28) e cita o refrão de uma *guaracha* de Carlos Puebla: “*Si a mi vecino no lê gusta como yo vivo, pues que se mude, pues que se mude*” (ESCOSTEGUY, 1979, p. 99).

Florestan Fernandes tratava a questão do imperialismo em termos de “*situação neocolonial durável ou permanente*”, pressupondo dois aspectos conjugados: “*a desagregação do antigo sistema colonial e a frustração da emancipação nacional*”.

Basicamente, Fernandes interpretava a evolução das relações de Cuba com os Estados Unidos da seguinte forma: “*A proximidade espacial e a facilidade com que os dinamismos da economia norte-americana especializaram Cuba, convertendo-a em uma feitoria agroindustrial moderna, impuseram aos Estados Unidos o problema político de como impedir a evolução nacional cubana e de como proceder para formalizar, diplomática e ‘legalmente’ (sob uma aparência de consenso) a satelização política de Cuba*” (FERNANDES, 1979, p. 37 e 39).

Numa abordagem posterior a 1979, ao discutir os processos revolucionários latino-americanos e suas conseqüências, Florestan Fernandes incorporava ao debate sobre a Revolução Cubana questões como: a incapacidade das elites dominantes cubanas em promover a “*descolonização completa*” e a presença de uma “*exploração capitalista dual*”, na qual as classes dominantes locais se unem às nações mais poderosas para uma “*brutal pilhagem sem fim*” (FERNANDES, 1981, p. 98). Sua análise remete ao problema da situação neocolonial de Cuba e do posicionamento da burguesia insular diante das condições concretas dos anos 1950. Para ele, a situação neocolonial cubana consolidou-se de modo mais acentuado do que nos demais países latino-americanos porque ao longo do processo de independência (1868/1895) a burguesia cubana recuava

diante do “*risco provável de ter de levar a revolução mais longe*”. Isso resultou em posições antinacionais e reacionárias da burguesia, bem como numa aliança mais orgânica entre essa e os interesses dos Estados Unidos. Fernandes observava que a principal lição do processo cubano seria entender como “*um erro pensar que a burguesia possa movimentar-se com certa liberdade através de uma possível ‘reforma do capitalismo’*”. (FERNANDES, 1981, p. 102). Ou melhor, segundo a visão de Florestan Fernandes, a Revolução Cubana constituiu-se como uma “*revolução em avanço, que tem de desagregar e destruir toda a ordem preexistente até ao fundo e até ao fim, para lançar as bases da formação e da evolução históricas de um novo padrão de civilização*” (FERNANDES, 1981, p. 104).

Os caracteres de revolucionário, de anticapitalista e de antiimperialista atribuídos por Florestan Fernandes à Revolução Cubana, eram compartilhados por outros autores. Porém, muitos deles, assim como o próprio Fernandes, atribuíam o aprofundamento do processo revolucionário ao comportamento reativo da burguesia cubana e dos Estados Unidos, por um lado, e ao crescente radicalismo das classes populares, por outro.

Ainda no campo das relações internacionais, encontra-se o excelente trabalho desenvolvido pela socióloga Tania Quintaneiro. Publicado em 1988,

o livro *“Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959 – 1964). Uma interpretação sobre a política externa independente”* é fruto da dissertação de mestrado da professora, defendida em 1982, em Minas Gerais. Sua reflexão está direcionada para a política externa brasileira no período em questão e as condições criadas pela Revolução Cubana para um posicionamento internacional mais independente. Nas primeiras páginas de seu trabalho, Quintaneiro observa a desproporcionalidade entre a importância do processo para o Brasil e a escassez de estudos: *“Cuba passou então a fazer parte do cotidiano brasileiro. O papel catalizador que a revolução desempenhou na política brasileira, tanto em nível nacional, como o envolvimento de amplos setores sociais e políticos, quanto ao da definição das linhas diretrizes da política exterior, tem sido insuficientemente estudado”*. (QUINTANEIRO, 1988, p. 12).

A abordagem de Tania Quintaneiro é voltada para a recepção oficial da Revolução Cubana, sobretudo no que diz respeito ao Itamarati e às relações internacionais estabelecidas neste período e em função do episódio externo. Observa, por exemplo, que durante o governo Jânio Quadros, o posicionamento internacional do Brasil apresentava uma clara inclinação terceiro-mundista, contrariando relativamente o esquema de alinhamento automático com os Estados Unidos e decidindo pela não intervenção em Cuba. Esse

posicionamento modificou-se com a ruptura das relações diplomáticas e consulares com o governo de Fidel Castro em 1964 e com o apoio dado à decisão tomada na IX Reunião de Chanceleres, convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), de condenar o regime cubano (QUINTANEIRO, 1988, p. 13 e 14). Enquanto na primeira fase estavam em jogo as perspectivas desenvolvimentista e nacionalista, no pós – 1964, a política externa brasileira esteve fortemente permeada pela doutrina de segurança nacional e pela noção de contra-insurgência, na qual Cuba era considerada como pivô do problema.

Dentro da concepção teórica de Quintaneiro, ressalta a importância atribuída aos problemas de relações internacionais gerados pela Revolução Cubana e seus desdobramentos: *“Mesmo que as atitudes do Presidente (Jânio Quadros) pudessem ser caracterizadas pelo personalismo, pela ousadia e extravagância, sua renúncia não poder ser interpretada apenas como consequência de um “estilo”, senão também, como resultado da campanha contra a política externa de seu governo, campanha esta que encontrou na homenagem a Guevara, o mise-em-scène perfeito para a finalização do drama”*. (QUINTANEIRO, 1988, p. 59). Seu estudo está evidentemente mais centrado na recepção da Revolução Cubana por parte dos ministros de relações internacionais, de políticos da direita e do

posicionamento dos governantes brasileiros em relação ao episódio, embora a recepção por parte da esquerda esteja brevemente analisada.

O artigo de Emir Sader, intitulado “*Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira*”, aborda especificamente o tema da recepção da Revolução Cubana pela esquerda brasileira e latino-americana: “... *nenhum país do continente passou incólume pelo surgimento da Revolução Cubana, e provavelmente a história das esquerdas de cada país tenha nele um marco decisivo em sua trajetória.*”. Caracteriza o período de eclosão da Revolução Cubana como um período particularmente propício aos processos de recepção, devido à crise do capitalismo na América Latina (discussões sobre questão agrária, dependência externa, deterioração das políticas públicas e extensão dos regimes ditatoriais). Chega a falar em condições relativamente homogêneas em todo o subcontinente. (SADER, 1991, p. 160-161).

Sader elabora uma série de elementos para entender qual o perfil da Revolução Cubana que aportou no Brasil: “representou a atualização da revolução para a esquerda brasileira” (167); “legitimação da heterodoxia política e ideológica” (168); “articulação entre anticapitalismo e antiimperialismo, ruptura com Estados Unidos” (168); “estratégia da guerra de guerrilha baseada no campo” (169); “incorporação da dimensão de

“solidariedade internacional” (169); “ética da dedicação revolucionária, sacrifício da própria vida...” (171); “ênfase no papel da vanguarda” (171).

Segundo ele, alguns outros aspectos deram forma à imagem da Revolução para a esquerda brasileira, entre eles, a campanha de erradicação do analfabetismo, o sistema educacional cubano, retratado fartamente por livros sobre o assunto, a reforma agrária e a reforma urbana, temas caros à esquerda continental, afirmação da independência de Cuba diante dos Estados Unidos; os sucessos nos planos esportivo, artístico e cultural (SADER, 1991, p. 172).

O próprio Sader incorpora a idéia de heroísmo e de sacrifício, já mencionadas anteriormente, mas ressalta que Cuba passou a ser vista de modo heróico por resolver de forma radical os problemas comuns a todos os países latino-americanos, sobretudo àqueles problemas reclamados de modo mais insistente pela esquerda subcontinental.

Sader desenvolve, ainda que brevemente, uma “cronologia da recepção” a partir de dois aspectos: a aquisição de uma identidade própria, por parte da Revolução Cubana, que diz respeito às mudanças internas que vão ocorrendo conforme são travadas as lutas políticas no país e internacionais; e, o outro aspecto, diz respeito às transformações do processo político brasileiro e da esquerda no país, sobre a qual a influência da

Revolução Cubana operou conforme a conjuntura específica. Nesta cronologia, Sader tenta estabelecer quais os efeitos políticos da recepção da Revolução Cubana nos partidos e organizações de esquerda, conforme o desenrolar do próprio processo revolucionário cubano e as disputas travadas no Brasil. Os períodos estabelecidos por Sader são: - da eclosão da Revolução Cubana, em 1959, até o Golpe Militar de 1964, no Brasil; - dos anos 1970 até meados dos anos 1980; - de meados dos anos 1980, mais especificamente quando do restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e Brasil, em 1985, e os desdobramentos da *Perestroika*, até os anos 1990.

Segundo a visão de Emir Sader nesse artigo, *“Cuba significou para a esquerda brasileira, desde seu surgimento como processo revolucionário, a referência socialista mais importante.”* ... *“Cuba segue sendo um tema polêmico dentro da esquerda e no cenário ideológico mais geral da sociedade brasileira. As mentiras do silêncio em relação aos desenvolvimentos sem precedentes no plano social que o socialismo tornou possível em Cuba fazem com que o debate seja inevitavelmente apaixonado”* e *“Daí a dificuldade de avaliação de uma influência que tem sido poderosa no transcurso de mais de três décadas e que nada leva a crer que deixe de continuar assim nas décadas seguintes.”* (SADER, 1991, p. 181 e 183).

Numa pesquisa recente, publicada em 2001, a historiadora Denise Rollemberg trata de uma temática particularmente interessante no campo das influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. Trata-se de *“O Apoio de Cuba à luta Armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro”*. Ela explora muito pouco a rica documentação disponível, mas contribui para desvendar alguns dos episódios mais obscuros da ditadura brasileira, como, por exemplo, o extermínio do Grupo dos 28 (ou Grupo da Ilha ou Grupo Primavera), uma cisão do III Exército da Aliança Libertadora Nacional (ALN): *“A volta dos guerrilheiros do Grupo da Ilha foi dramática. À medida que chegavam, eram rapidamente pegos pela repressão e, em muito pouco tempo, o MOLIPO foi massacrado. Eram mortes anunciadas. Se a repressão havia condenado todos os militantes que treinavam em Cuba à morte, no caso do Grupo dos 28 parece ter havido uma determinação ainda maior para dizimá-lo”* (ROLLEMBERG, 2001, p. 59).

Denise ainda destaca importante influência exercida por Cuba nas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, evidenciando que a opção pela luta armada não foi exclusiva do período pós-1964 ou se constituiu sempre como uma reação ao regime repressivo. Também traz à luz, através dos depoimentos de ex-militantes e combatentes, o papel exercido por algumas lideranças nacionalistas,

como Leonel Brizola, por exemplo, que segundo ela pretendia “*reeditar a experiência cubana no Brasil*”, através do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), uma organização que não chegou a se consolidar. (ROLLEMBERG, 2001, p. 29).

O texto de Denise Rollemberg, bem como os trabalhos mencionados de Emir Sader, Tânia Quintaneiro e Florestan Fernandes são fruto de pesquisa em fontes primária e/ou de reflexão acadêmica, interpretações da realidade cubana e brasileira que vão além de impressões jornalísticas ou memórias de viagens. Isso não desqualifica o trabalho dos jornalistas que se aventuravam na descrição do episódio, mas coloca outro patamar na recepção da Revolução Cubana no Brasil. Significa, em primeiro lugar, que a partir de meados dos anos 1980, as ciências sociais brasileiras, particularmente historiadores e sociólogos puderam pesquisar e refletir sobre a Revolução Cubana, interpretando-a como um processo e não apenas como um episódio. Não foi necessariamente o distanciamento temporal que permitiu essas interpretações, mas, sobretudo as mudanças na conjuntura brasileira, a distensão da ditadura e a possibilidade de acesso a arquivos e a pessoas que estiveram em Cuba, em treinamento, por exemplo.

A segunda observação diz respeito ao fato de que essa produção acadêmica tem foco nas relações entre Cuba e a

América Latina, especialmente Brasil. Esses pesquisadores estudaram um episódio internacional para entender questões relativas ao desenvolvimento das idéias socialistas no Brasil, à posição de independência assumida no âmbito das relações internacionais, às perspectivas desenvolvimentistas e nacionalistas da burguesia brasileira e os problemas e obstáculos vividos pela esquerda brasileira no período da ditadura militar. Evidentemente trata-se de um posicionamento teórico, mas também, deve-se ressaltar a semelhança entre àquelas análises jornalísticas e essas, acadêmicas, no que se refere ao fato de que ambos pretendem, de um modo ou de outro, entender como aquele episódio ou processo cubano podia transformar a vida e a sociedade em que viviam.

A produção intelectual e acadêmica brasileira sobre Cuba tentou, ao longo da sua história, entender seus possíveis efeitos sobre as lutas sociais no Brasil. As interrogações acerca do futuro e das perspectivas revolucionárias da ilha estiveram sempre envolvidas, na realidade, pelas inquietudes acerca do futuro nacional e das expectativas geradas a partir das influências da Revolução Cubana.

Atualmente a produção sobre a Revolução Cubana no Brasil está concentrada nos Programas de Pós Graduação das Universidades brasileiras e aborda uma gama muito variada de temas, onde sobressai a preocupação com a persistência do regime, do socialismo e as

transformações econômicas e políticas sofridas pelo país após a queda do socialismo. Destacam-se “*Cuba e o dia posterior: a polêmica dos intelectuais em torno ao destino do socialismo na ilha*”, de Idália Morejón Arnaiz; “*As tensões entre criação artística e ideologia na produção teatral cubana dos últimos quarenta anos*”, de Guillermo Loyola Ruiz, ambos da USP, SP, apresentados no VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha (ANPHLAC) em julho de 2004; a dissertação de Mestrado,

defendida em julho de 2004 na PUC, RS, por Roselena Leal Colombo, intitulada “*Cuba – colapso do leste europeu: Reinserção Internacional e Reformas Estruturais na Revista Economia y Desarrollo – (1996-2000)*”. Por enquanto, esses estudos compõem um pequeno mosaico de preocupações de jovens pesquisadores brasileiros a respeito de Cuba. Mas pode revelar, sobretudo o permanente interesse por esse país e pelo seu destino entre os intelectuais brasileiros e latino-americanos.

